

BOLETIM - FEVEREIRO/2024

Atualizações sobre o Programa de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba e os Estudos de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a VALE S/A tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção levantados pelo Instituto Guaicuy na reunião do dia **23/02/2024** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

Estudos de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

Dentro do período auditado, 15 de janeiro de 2024 a 15 de fevereiro de 2024 não ocorreram avanços:

Fase I - Estudos sobre as preocupações com a saúde e suas devolutivas:

- Nesse período não aconteceu nenhuma atividade sobre a Fase I nas regiões assessoradas pelo Guaicuy.
- Os relatórios da Fase I nos Municípios Especiais e da AA -15 (Felixlândia, Curvelo e Pompéu) estão sob avaliação, aguardando aprovação por parte do Estado.

Fase II - Coletas dos ERSHRE:

- As coletas da Fase II seguem paralisadas.
- A perfuração dos poços de monitoramento foi paralisada pelo Estado em 20/02/2024. Durante essa atividade a AECOM identificou os seguintes pontos de atenção durante a perfuração de 7 poços: 1) 1 ponto de atenção observado em relação à seleção do local de instalação dos poços; 2) 7 observações relacionadas à ausência de boas práticas na perfuração dos poços; 3) 1 observação relacionada à calibração da sonda multiparâmetro.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PICTs)

- Ainda não iniciaram as reuniões com os PCTs nas regiões assessoradas pelo Guaicuy.
- Nas regiões assessoradas pelas outras ATIs foram realizadas 9 reuniões com as lideranças e 3 com o Poder Público Municipal.

Cronograma dos ERSHRE

- O cronograma enviado à auditoria - AECOM, na última quinzena demonstra novos atrasos da Avaliação de Risco à Saúde Humana - ARSH e na Avaliação de Risco Ecológico - ARE, apresentando baixa confiabilidade. Por exemplo, a produtividade das perfurações dos poços de monitoramento de água subterrânea foi baixa, apenas 0,23 perfuração/dia, enquanto o ideal seriam 2,14 perfuração/dia, período até 20/02/2024.

Programa de Recuperação Socioambiental

Seguem abaixo os principais pontos destacados pela AECOM durante a reunião de 23 de fevereiro de 2024.

Programa de Monitoramento de Águas e Sedimentos

Estudo Hidrogeológico:

- Foram apresentadas várias recomendações da auditoria para o Estudo Hidrogeológico (avaliação das águas subterrâneas) ressaltando a necessidade de ajustes na apresentação dos dados, um maior detalhamento na discussão dos resultados e a inclusão de resultados faltantes. Vale segure em atendimento das 14 recomendações relacionadas ao estudo hidrogeológico para responder de forma conclusiva sobre a questão da contaminação pelos rejeitos nas águas subterrâneas.
- Foi explicado pela Auditoria que a partir do estudo hidrogeológico, serão indicadas as possíveis áreas de exposição de aquíferos rasos, nessas áreas o ERSHRE deve atuar pois são locais de fragilidade.

Monitoramento das Águas Superficiais e Sedimentos

Os seguintes pontos de atenção foram levantados:

- recorrência nos desvios relacionados ao preenchimento das fichas de campo;
- inconsistência no registro de controle de temperatura na refrigeração das amostras;

- Frascos vazios recebidos no laboratório e sem registros do motivo da não coleta.

Programa de Distribuição de Água Potável

Permanecem falhas nos procedimentos de coleta como:

- preenchimento de documentos de controle de viagem e fichas de campo;
- kits de abastecimento com sujidades
- Mangueira não completamente suspensa quando fora de uso.

Monitoramento de Águas subterrâneas

Pontos de atenção relacionados à amostragem:

- (calibrações de instrumentos vencidas, soluções de calibração em quantidade insuficiente, risco de contaminação no procedimento de coleta)

Auditoria reforçou a necessidade de resposta às recomendações

Programa de Transferência do Monitoramento da VALE para o IGAM - Sistema de Gestão de Dados (SIGMA)

- Novas discussões sobre escopo estão em análise. Vale prevê a conclusão do sistema para setembro de 2025. A auditoria aponta a necessidade de apresentação de um cronograma mais detalhado (mensal) para possibilitar a avaliação do andamento das atividades

Projeto Entire:

Estudo que trata da modelagem de sedimentos no rio Paraopeba. Em fevereiro de 2024 foi entregue o último relatório semestral (sexto) que está sob avaliação da auditoria. O relatório final deverá ser entregue em julho de 2024.

Plano de Manejo de rejeitos

- **Zona quente:**
 - Sobre a disposição de rejeitos na Cava do Feijão, a produtividade média de lançamento aumentou no Ponto P2 e no P3.
 - Nos poços de monitoramento de qualidade de água, P02 e P06, são necessárias melhorias para não haver danos e não interromper o monitoramento. O P09, importante para controlar e avaliar os impactos dos rejeitos no aquífero, teve sua perfuração finalizada mas ainda não está sendo monitorado.

Pontos de atenção: não foram iniciadas as coletas de água dentro do Lago da Cava do Feijão.. Estão em andamento as obras de estabilização das paredes e a medição da água superficial está interrompida por conta do risco de desprendimento .

Sobre a remoção de rejeitos da Zona quente a situação é a seguinte:

- 9,7 Mm3 material retirado da zona quente,
- 2,2 Mm3 lançados na cava de Feijão.

A Vale deverá apresentar o planejamento plurianual desta atividade em março de 2024.

- **Rio Paraopeba:**

Dragagem

- As metas de remoção de rejeito do rio Paraopeba não foram cumpridas e assim os atrasos permanecem .O desempenho da draga é bastante pequeno, e não aderente ao proposto pela VALE
- A dragagem foi feita até o momento basicamente na área de confluência com o ribeirão Ferro Carvão com previsão de conclusão dos primeiros 550 m em fevereiro.
- Previsão de dragagem e conclusão no trecho de 501 até 2 km do Paraopeba é maio de 2026
- Não se tem previsão para o trecho adiante (de 2km até 13,5 KM), e nem para o trecho até a UTE Igarapé (54 km do rio Paraopeba)
- Importante esclarecer que a liberação das áreas como “limpas” deve ser comprovada por laudos laboratoriais que atestem a ausência de rejeitos e a qualidade físico química dos sedimentos nos locais dragados.. Estes laudos confirmam se as áreas estão ou não livres de rejeitos.
- A AECOM pontuou que a VALE não apresentou estes laudos para todas as áreas dragadas, este é um importante ponto a ser avaliado para informar aos compromitentes sobre a liberação das áreas..
- A AECOM pontuou que a VALE não cumpriu exatamente alguns compromissos firmados para março de 2024 e ao contrário, apresentou uma proposta alternativa de dragagem conforme mostra a figura abaixo apresentada durante a reunião.

Dragagem do Rio Paraopeba Compromissos 2024

Compromisso VALE previstos para março de 2024:

- Revisão do projeto de dragagem até 2 km incluindo alternativas de remoção dos rejeitos a serem realizadas concomitantemente, associadas à uma avaliação de impacto ambiental;
- Plano de trabalho com estudos e projetos para remoção dos rejeitos até os 16 km;
- Proposta para remoção dos rejeitos na UTE de Igarapé considerando o trecho a montante do rio Betim até o barramento da usina.

Atualização VALE em 19/02/24:

- Propõe apresentar um projeto conceitual macro até 2 km;
- Propõe apresentar um cronograma com etapas de trabalho entre 6 km e 54 km;
- Item sem atualização e/ou apresentação de alternativa.



Atualização VALE em 19/02/2024: Proposta para dragagem a partir dos 551 m (prevista para iniciar em 07/03/2024) até a apresentação e aprovação ambiental do novo projeto para até os 2 km:

- Iniciar a partir da *Cut* 10 (pulando a *Cut* 9) e ir dragando a partir de então de montante para jusante conforme autorizado no licenciamento com a draga B45 e recalçando para o *sump* 3;
- Acoplamento de *booster* flutuante a partir da *Cut* 15.

Diante disso a AECOM afirmou ter uma baixa expectativa quanto ao cumprimento do prazo de março de 2024 para a apresentação do projeto e insistiu pela apresentação do projeto, somado à uma proposta de revitalização do rio Paraopeba em cumprimento ao acordo.

Em resposta aos questionamentos apresentados pelas IJs durante a reunião, a Vale se manifestou dizendo que iriam propor uma estratégia para uma limpeza mais grosseira do rio, que possuíam alguns estudos mais evoluídos para a dragagem até os 6 Km e que para Igarapé estariam finalizando um cronograma, mas que ainda não havia sido amadurecido para apresentação. A Vale afirmou que: *estamos fazendo uma limpeza fina e estamos perdendo o jogo porque o rio está jogando o rejeito para baixo, o rio tem uma dinâmica própria*

Afirmou também que: “Essa premissa inicial da remoção integral e verificação com laudos vamos colocar de lado e priorizar a retirada de um volume maior e definir depois como validar que o rio está recuperado ou não”.

O representante do órgão ambiental se manifestou contrariamente à mudança de procedimento sem uma discussão e afirmou que o procedimento estabelecido no Acordo deve ser mantido até que esta discussão seja realizada. A AECOM concordou e reforçou que o Acordo prevê a remoção total dos rejeitos, conforme está sendo feito, e apresentação dos laudos e ainda que, enquanto a VALE não apresentar o projeto conceitual a Vale deve prosseguir no mesmo procedimento de limpeza fina e comprovação por laudos. Reforçou também que o projeto de recuperação do rio Paraopeba é mais que urgente! Até lá os rejeitos devem ser tratados como está sendo feito atualmente. A AECOM também colocou que estamos no quinto ano após o rompimento e a VALE tem que otimizar essa

dragagem ineficaz e que por isso não teriam nem mesmo dados para fazer qualquer consideração até o momento.

As IJs por sua vez também demonstraram indignação diante do fato de que após 5 anos a VALE ainda não tenha ideias maduras sobre a questão da dragagem. Colocaram o que já era para estar tudo mapeado, e que exigiram a apresentação de um cronograma para que tudo possa ser acompanhado. Foi mencionado também o caso do rio Doce, onde essa questão tornou-se complicada e polêmica e que é necessário evitar-se que o mesmo se repita com o rio Paraopeba.

A AECOM afirmou que a ineficácia da dragagem é comprovada pela baixa retirada de volume e o pequeno trecho dragado até o momento. Em 4 anos estamos chegando nos 550m. Se usarmos uma regra de 3 simples : para retirar o que ainda falta implicaria em mais 10 anos de dragagem. Mesma coisa para o volume, precisamos retirar mais de 1,5 Mm³ e ainda não foi retirado nem 500 mil m³.

Segundo a AECOM existem pontos do remansos do rio que contém esses rejeitos (armadilhas naturais) e que a cada inundação podem ser potencialmente ressuspensos e remobilizados. Por outro lado, existem também pontos que funcionam como armadilhas artificiais, como é o caso do barramento. Estas áreas poderiam ser limpas com outros equipamentos, ou seja, poderiam ser dragadas e assim diminuir o volume de material de rejeitos que estão sendo levados para jusante. A AECOM reforçou que é necessário acelerar a retirada de rejeitos, mas sem ferir o que foi estabelecido no Acordo. O rejeito está migrando mais rápido do que a ação de uma draga. A auditoria apontou que tudo isso precisa estar amparado em estudo, projeto e proposta a serem apresentados pela Vale.

Os representantes do Ministério Público de Minas Gerais se manifestaram reiterando que já se passaram 5 anos e é difícil aceitar que ainda não se tem respostas para solucionar esse problema e ainda que, essa solução é pra ontem: - "É de causar INDIGNAÇÃO que essa situação esteja acontecendo" foi a fala do Dr Lucas Pardini da coordenadoria regional do MP..

A Dra Ludmila Reis, também do MP, reforçou que a Vale deve buscar as melhores tecnologias disponíveis em nível mundial e que é necessário transparência por parte da Vale, inclusive sobre as dificuldades encontradas.